

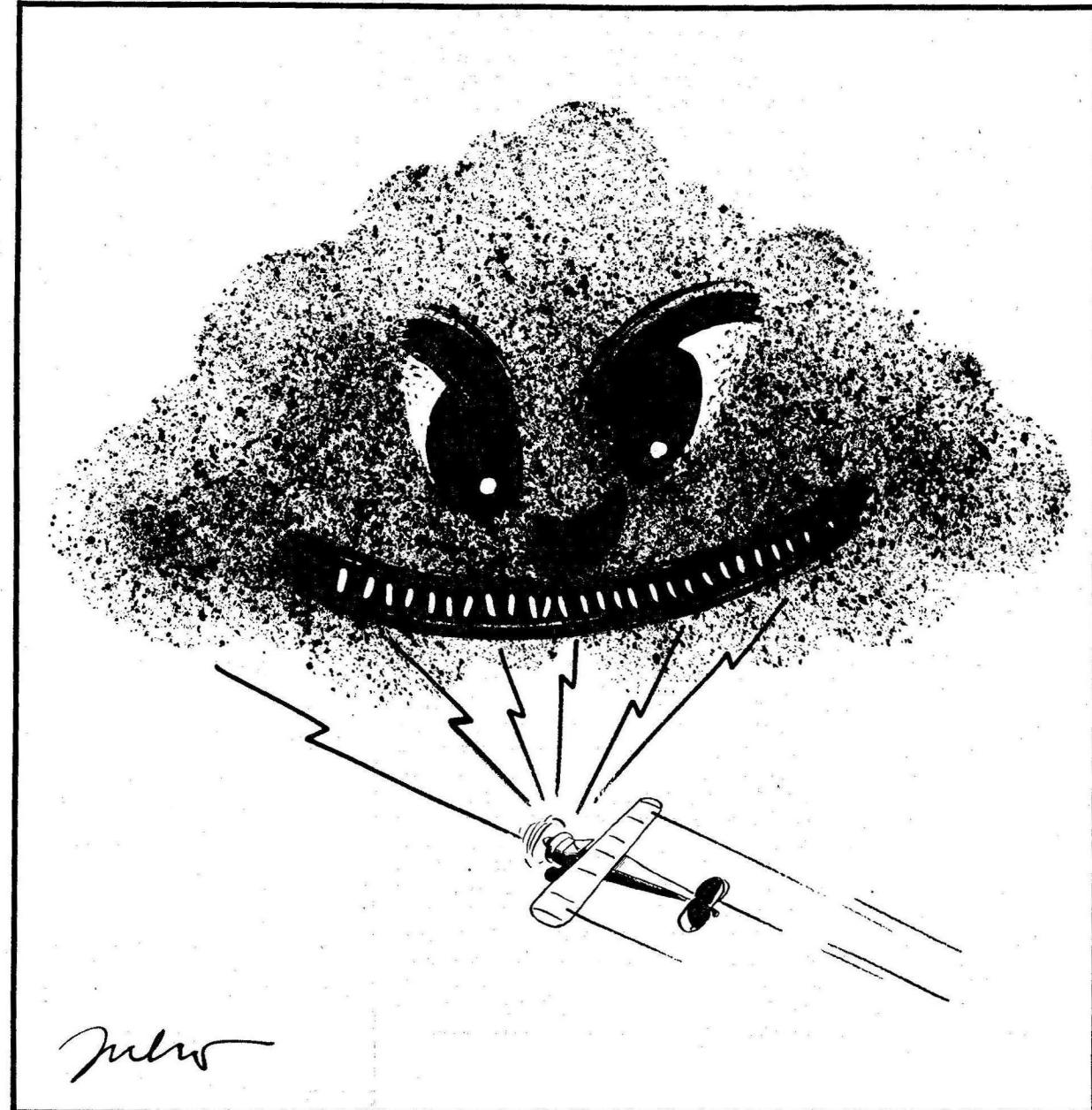
Dívida e desenvolvimento

RUY M. ALTFENFELDER SILVA

Qualquer discussão consequente sobre a dívida externa brasileira deve levar em conta que, de 1983 a 1988, o Brasil obteve um superávit comercial agregado de 70 bilhões de dólares. Trata-se de uma cifra fantástica, realmente. Mas essa moeda tem outra face, não tão espetacular: durante o mesmo período, pagamos aos bancos comerciais estrangeiros, organismos multilaterais e governamentais aproximadamente a mesma quantia. Ou seja, cumprimos todos os nossos compromissos, à custa de um esforço interno que precisa ser repensado.

O Brasil é um devedor exemplar. Se possuímos uma dívida externa que representa 10% do montante global dos débitos dos países em desenvolvimento, é preciso também levar em conta que nossas potencialidades são enormes. Para ficar apenas em um exemplo, nossa dívida de US\$ 120 bilhões significa que cada brasileiro deve US\$ 900, ou apenas 40% da renda per capita nacional de US\$ 2.200. O Chile deve US\$ 19 bilhões, mas cada chileno tem como débito US\$ 1.500, a quase totalidade de sua renda anual. Isso não significa, entretanto, que podemos sacrificar indefinidamente o nosso desenvolvimento, deixando que se avolumem problemas sociais cuja solução é, hoje, inadiável. Precisamos, pois, encontrar novas fórmulas que compatibilizem nosso desejo de honrar os compromissos assumidos com as necessidades de crescimento da economia brasileira, única maneira de elevar as condições de vida de amplas parcelas da população.

Nosso esforço deve ser reconhecido. Nesse sentido, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo têm patrocinado a idéia da conversão de parte da dívida externa em investimentos nas áreas sociais básicas, como educação, saúde e habitação. Não é possível saldar os nossos débitos sem desenvolvimento e é impossível desenvolver uma nação marginalizando milhões de brasileiros que não têm condições de estudar ou estão em precárias condições de saúde e ainda sem possibilidades de morar decentemente, direitos fundamentais do cidadão.



Hoje, o sistema financeiro internacional é apontado como o grande vilão da história. Caso concordassem em realizar investimentos de longo prazo no País, nossos credores passariam a ser considerados como verdadeiros parceiros do nosso desenvolvimento. Essa proposta poderia ser operacionalizada através da criação de um fundo internacional de investimentos, que receberia o produto da dívida e aplicaria, a longo prazo, esses mesmos recursos nos países devedores, garantindo a sua aplicação em programas sociais. Se isso acontecer, a fantástica transferência de divisas seria revertida em benefício dos países credores que assim poderiam saldar seus débitos sem abdicar dos benefícios sociais.

Para que essa idéia vingue, entretanto, é preciso o apoio dos gigantes da economia mundial, que passariam a adotar a postura bastante razoável de interpretar a dívida dos países em desenvolvimento como um problema do sistema, e não apenas dos devedores. E para resolver um problema que afeta a todos, é necessário que cada um dê a sua cota de colaboração. Se os governos insistirem em preservar apenas a saúde do complexo bancário internacional, desconsiderando os demais envolvidos, não chegaremos a parte alguma. Ademais, é necessária a ampliação dos investimentos diretos no Brasil. Trata-se de uma aplicação de capital com grandes possibilidades de um retorno lucrativo. Na década de 70, por exem-

plo, o País recebia 10% do total dos investimentos japoneses feitos a cada ano no exterior. Hoje, esse número reduziu-se a insignificantes 0,7%.

Precisamos reverter essa situação. Só saldaremos nossos débitos com desenvolvimento, que só é possível com participação ativa dos capitais externos. A responsabilidade também é dos credores: eles devem investir diretamente no País e aceitar soluções inovadoras, como, por exemplo, conversão de parcelas da dívida em projetos na área social. É imperioso tratar a questão do endividamento externo com equilíbrio, objetividade e franqueza.

Ruy M. Altenfelder Silva é empresário e diretor-geral do Instituto Roberto Simonsen, fórum de debates da Fiesp/Ciesp.